

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021

OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA - MG.

ENVELOPE Nº 2
PROPOSTA COMERCIAL
1ª VIA
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DO
MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA / MINAS GERAIS**
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021

CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA - MG.

PROPONENTE: CONSÓRCIO CONCIP SANTA LUZIA
Constituído pelas empresas:

Empresa Líder: SIGMA Engenharia Indústria e Comércio Ltda

CNPJ: 25.898.180/0001-00

Endereço: Av. Tito Fulgêncio, 1.176, 1º Andar, Salas: 104/106, Jardim Industrial, CEP: 32215-000, Contagem/MG

Segunda Consorciada: SITRAN Sinalização de Trânsito Industrial Ltda

CNPJ: 16.502.551/0001-00

Endereço: R. Nair Camillo dos Reis, 850, CDI Jatobá, CEP: 30664-002, Belo Horizonte/MG

Terceira Consorciada: SELT Engenharia Ltda

CNPJ: 19.187.475/0001-67

Endereço: Av. Raja Gabaglia, 2.640, 3º Andar, Estoril, CEP: 30494-170, Belo Horizonte/MG

Quarta Consorciada: MOBIL - Mobilidade, Iluminação e Tecnologia Ltda

CNPJ: 16.383.848/0001-87

Endereço: R. Doutor Eduardo de Souza Aranha, 387, Conj: 101, Vila Nova Conceição, CEP: 04543-121, São Paulo/SP

REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S):

Nome: Cleyson Alexandre Alves – **Telefone:** (31) 3336-3403 – **E-mail:** sigmatda@terra.com.br

Nome: Ailton Luis de Faria – **Telefone:** (31) 3389-3900 – **E-mail:** sitran@sitran.com.br

Nome: Afonso Vieira Leonel – **Telefone:** (31) 3389-3900 – **E-mail:** afonso@sitran.com.br

Nome: Matheus Henrique Correa Ferreira – **Telefone:** (31) 3389-3900 – **E-mail:** sitran@sitran.com.br

Nome: André Mazzei de Campos – **Telefone:** (11) 2371-4651 – **E-mail:** andremazzei@mobitbrasil.com.br

Nome: Ronaldo da Silva Lima – **Telefone:** (11) 96640-7016 – **E-mail:** ronaldolima@mobitbrasil.com.br

Nome: Luiz Antônio Penna Franca – **Telefone:** (11) 2371-4651 – **E-mail:** luiz.franca@thehunters.com.br

PARTICIPANTE(S) CREDENCIADA(S):

Corretora: RJ1 Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda

Nome: Marcelo Augusto Barbosa Rodrigues – **Telefone:** (71) 3022-4547 – **E-mail:** rj1@rj1cv.com.br

Nome: Mauro Cesar Medeiros de Mello – **Telefone:** (21) 3500-4500 – **E-mail:** rj1@rj1cv.com.br

Nome: Edson Takeshi Konda Nakamura – **Telefone:** (21) 3500-4500 – **E-mail:** edson.nakamura@rj1cv.com.br

ENTREGA dos ENVELOPES será no dia **28/06/2021**, das **09:00 horas às 13:00 horas**, e a **SESSÃO PÚBLICA DO LEILÃO** será realizada no dia **02/07/2021**, às **14:00 horas**, ambas na **SEDE DA B3**, no endereço Rua XV de Novembro, nº 275, São Paulo, SP.



EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021

OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA - MG.

ÍNDICE DA PROPOSTA COMERCIAL

Contagem/MG, 28 de **JUNHO** de 2021

À
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Município de Santa Luzia / Minas Gerais

Ref.: Edital de Concorrência Pública Nº 46/2021 - Índice da Proposta Comercial

PROPOSTA COMERCIAL:	003
----------------------------	------------

- | | |
|---|-----------|
| • Carta de apresentação da proposta comercial | 004 – 005 |
|---|-----------|

DEMAIS DOCUMENTOS:	006
---------------------------	------------

- | | |
|--|-----------|
| • Declaração de análise e viabilidade da proposta comercial | 007 – 009 |
| • Termo de confidencialidade entre a proponente e a instituição financeira | 010 – 014 |
| • Documentos da instituição financeira | 015 – 038 |

PROPOSTA COMERCIAL EM VERSÃO DIGITALIZADA:	039
---	------------

- | | |
|---|-----|
| • Proposta comercial em versão digitalizada | 040 |
|---|-----|

TERMO DE ENCERRAMENTO:	041
-------------------------------	------------

- | | |
|-------------------------|-----|
| • Termo de encerramento | 042 |
|-------------------------|-----|

CLEYSON ALEXANDRE ALVES

Representante Legal do Consórcio

RG: MG-4.392.381 SSP/MG

CPF: 801.362.066-20

CONSÓRCIO CONCIP SANTA LUZIA



EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021

OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA - MG.

PROPOSTA COMERCIAL



EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021

OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA - MG.

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIALContagem/MG, 28 de **JUNHO** de 2021

À
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Município de Santa Luzia / Minas Gerais

Ref.: Edital de Concorrência Pública Nº 46/2021 - Proposta Comercial.

Prezados Senhores,

CONSÓRCIO CONCIP SANTA LUZIA ("PROponente"), constituído pelas empresas **SIGMA** engenharia indústria e comércio Ltda (Empresa Líder), inscrita no CNPJ sob o nº 25.898.180/0001-00, sediada à Av. Tito Fulgêncio, 1.176, 1º Andar, Salas: 104/106, Jardim Industrial, CEP: 32215-000, Contagem/MG; **SITRAN** Sinalização de Trânsito Industrial Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 16.502.551/0001-00, sediada à R. Nair Camillo dos Reis, 850, CDI Jatobá, CEP: 30664-002, Belo Horizonte/MG; **SELT** Engenharia Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 19.187.475/0001-67, sediada à Av. Raja Gabaglia, 2.640, 3º Andar, Estoril, CEP: 30494-170, Belo Horizonte/MG; e **MOBIT** – Mobilidade, Iluminação e Tecnologia Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0001-87, sediada à R. Doutor Eduardo de Souza Aranha, 387, Conj: 101, Vila Nova Conceição, CEP: 04543-121, São Paulo/SP.

1. Atendendo à convocação do PODER CONCEDENTE, apresentamos nossa PROPOSTA COMERCIAL para execução do objeto da LICITAÇÃO em referência.
2. Propomos, como valor de **CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL MÁXIMA**, para execução dos SERVIÇOS da CONCESSÃO objeto da presente LICITAÇÃO conforme definidos no EDITAL e minuta do CONTRATO, o valor de **R\$ 524.955,00 (QUINHENTOS E VINTE E QUATRO MIL, NOVECENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS)**, na data-base para recebimento dos ENVELOPES.
3. Declaramos, expressamente, que:
 - 3.1. A presente PROPOSTA COMERCIAL é válida por **1 (UM) ANO**, contado da DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES, conforme especificado no EDITAL;
 - 3.2. Foram considerados no cálculo dos valores propostos no item 2 acima todos os encargos, tributos, custos e despesas necessários à execução da CONCESSÃO, conforme elementos do EDITAL e do CONTRATO;
 - 3.3. Concordamos, integralmente e sem qualquer restrição, com as condições da contratação estabelecidas no EDITAL em referência;



EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021

OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA - MG.

- 3.4. Confirmamos que temos pleno conhecimento do objeto da CONCESSÃO, bem como das condições de execução do CONTRATO;
- 3.5. Assumimos, desde já, a integral responsabilidade pela realização dos trabalhos em conformidade com o disposto no CONTRATO e diplomas legais e normativos aplicáveis; e
- 3.6. Cumprimos integralmente todas as obrigações e requisitos contidos no EDITAL em referência.

Atenciosamente,

CLEYSON ALEXANDRE ALVES
Representante Legal do Consórcio
RG: MG-4.392.381 SSP/MG
CPF: 801.362.066-20
CONSÓRCIO CONCIP SANTA LUZIA



EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021

OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA - MG.

DEMAIS DOCUMENTOS



EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021

OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA - MG.

Declaração de análise e viabilidade da proposta
comercial





BANCO
MERCANTIL DE
INVESTIMENTOS

008

Rua Rio de Janeiro, 654
9º andar | 30160-912
Belo Horizonte | MG
bminvestimentos.com.br

**DECLARAÇÃO DE ANÁLISE E VIABILIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL EMITIDA
PELO BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A.**

Belo Horizonte - MG, 24 de Junho de 2021.

À
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Município de Santa Luzia/MG

**Ref.: Edital de Concorrência nº 46/2021 - Declaração de Análise e Viabilidade da
Proposta Comercial Emitida pela Instituição Financeira**

Prezados Senhores,

1. Pela presente carta, o Banco Mercantil de Investimentos S.A. ("Instituição Financeira"), instituição financeira que assessora o Consórcio **CONCIP SANTA LUZIA ("PROPONENTE")**, constituído pelas empresas **SIGMA Engenharia Indústria e Comércio Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF nº 25.898.180/0001-00 ("Empresa Líder"); **SITRAN Sinalização de Trânsito Industrial Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF nº 16.502.551/0001-93 ("Segunda Consorciada"); **SELT ENGENHARIA LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.187.475/0001-67 ("Terceira Consorciada") e; **MOBIT – MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.383.848/0001-87 ("Quarta Consorciada"), de acordo com o subitem 11.2, do Edital de Concorrência nº 46/2021 ("EDITAL"), declara, para os devidos fins, que analisou o Plano de Negócios apresentado pela PROPONENTE, o EDITAL, CONTRATO e seus ANEXOS e atesta a sua viabilidade e exequibilidade sob os aspectos da modelagem financeira do empreendimento.

2. A Instituição Financeira declara que analisou o Plano de Negócios elaborado pela PROPONENTE para participar do EDITAL de Licitação, exclusivamente sob os seus aspectos financeiros, tendo confrontado a metodologia da modelagem financeira do empreendimento à luz das melhores práticas de mercado, e realizado os questionamentos e investigações que considerou necessários para sua análise, assumindo, para tanto, a exatidão e completude dos dados e levantamentos utilizados pela PROPONENTE como base para a elaboração do Plano de Negócios, sem a realização de qualquer verificação quanto às referidas exatidão ou completude das informações recebidas.



**BANCO
MERCANTIL DE
INVESTIMENTOS**

009

Rua Rio de Janeiro, 654
9º andar | 30160-912
Belo Horizonte | MG
bminvestimentos.com.br

3. Isto posto, a Instituição financeira, atesta, em relação ao Plano de Negócios da PROPONENTE:

- (i) A viabilidade e exequibilidade, desde que mantidas todas as premissas e parâmetros nele adotados;
- (ii) A coerência das demonstrações e dados financeiros apresentados.

Com base em todo o exposto e desde que mantidas as premissas e parâmetros adotados no Plano de Negócios a nós apresentado pela PROPONENTE, atestamos sua viabilidade e exequibilidade, exclusivamente sob os aspectos financeiros.

2º Ofício
2º Ofício

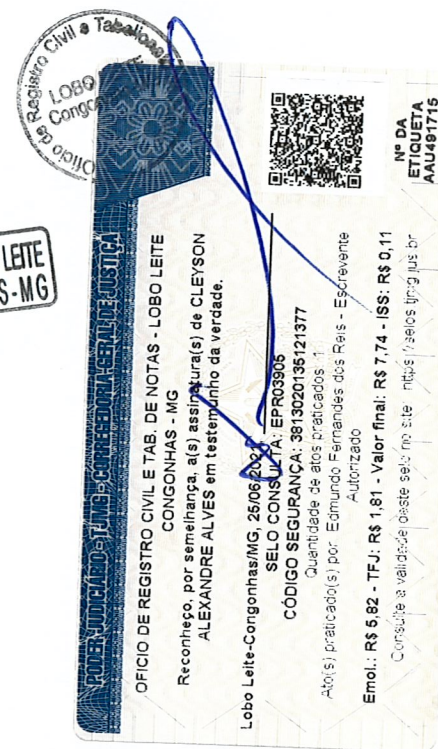
Banco Mercantil de Investimentos S.A. **FELIPE BOFF**
DIRETOR PRESIDENTE DIRETOR EXECUTIVO

Consórcio CONCIPI SANTA LUZIA
SIGMA Engenharia Indústria e Comércio Ltda. (Empresa Líder)
(CNPJ/MF nº 25.898.180/0001-00)

Testemunhas:

Nome: **CARLA RIBEIRO BARROS**
RG: **508**
GER RISCOS E MERCADO DE CAPITAIS

Nome: **KELCIO DE OLIVEIRA SILVA**
RG: **MJ 059361**



EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021

OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA - MG.

Termo de confidencialidade entre a proponente e a
instituição financeira





TERMO DE CONFIDENCIALIDADE ENTRE A PROPONENTE E A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Belo Horizonte - MG, 24 de Junho de 2021.

À

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Município de Santa Luzia/MG

**Ref.: Edital de Concorrência nº 46/2021 - Declaração de Análise e Viabilidade da
Proposta Comercial Emitida pela Instituição Financeira**

1. TERMOS DEFINIDOS

- 1.1. Salvo se de forma diversa estiver definido neste Anexo, os termos definidos terão o mesmo significado utilizado no Edital de Concorrência nº 46/2021 ("EDITAL").
- 1.1.1. Instituição: é o Banco Mercantil do Brasil S.A. / Banco Mercantil de Investimentos S.A.
- 1.1.2. Representante(s): são: (i) os administradores e funcionários da Instituição ou de suas CONTROLADAS ou COLIGADAS; e (ii) os consultores, advogados, auditores, contadores, agentes, intermediários financeiros e outras pessoas que, por meio da Instituição, que venham a ter acesso às Informações exclusivamente com objetivo de avaliar a viabilidade do Plano de Negócios da PROPONENTE.
- 1.1.3. Informações: são as informações disponibilizadas pela PROPONENTE à Instituição, para a emissão de carta que ateste a viabilidade do Plano de Negócios da PROPONENTE, conforme o subitem 11.2 do EDITAL.
- 1.1.4. O termo Informações não inclui as informações públicas, assim consideradas as que:
- (i) eram de domínio público ao tempo de sua divulgação à Instituição;
 - (ii) tenham se tornado de domínio público após sua divulgação à Instituição, desde que tal divulgação não tenha sido feita pela Instituição, seu(s) Representante(s) ou por outro participante que tenha tido acesso às Informações;





- (iii) já pertenciam aos arquivos da Instituição, em bases não confidenciais, ou que tenham sido desenvolvidas independentemente pela Instituição, conforme o caso, anteriormente à sua disponibilização pela PROPONENTE à Instituição ou ao(s) seu(s) Representante(s); ou
- (iv) tornaram-se disponíveis à Instituição, em bases não confidenciais, por fontes outras que não a PROPONENTE, contanto que tais fontes não estejam proibidas a transmitir as Informações à Instituição.

2. OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO

- 2.1. Confidencialidade: a Instituição e seu(s) Representante(s) obrigam-se a manter as Informações em sigilo, não as transmitindo ou revelando a terceiros que não sejam seu(s) Representante(s).

- 2.1.1. A obrigação de manter sigilo, constante do parágrafo 2.1, inclui:

- (i) não utilizar as Informações para nenhuma outra finalidade que não aquelas relacionadas com a participação da PROPONENTE na LICITAÇÃO;
- (ii) não discutir perante ou com terceiros sobre as Informações (o(s) Representante(s) não são considerados terceiros);
- (iii) não usar, divulgar, revelar ou dispor, sob qualquer forma, das Informações, que não para avaliar a participação da PROPONENTE na LICITAÇÃO, cumprindo, ainda, adotar as cautelas e precauções adequadas para impedir o uso indevido por qual(is)quer Representante(s); e
- (iv) guardar e manter sob sigilo todas as cópias, reproduções, sumários, análises ou comunicados referentes às Informações ou nelas baseados, devendo devolvê-los à PROPONENTE, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da solicitação desta.

- 2.1.2. Quaisquer Informações que, porventura, forem retidas pela Instituição continuarão sujeitas ao disposto neste Termo de Confidencialidade.

- 2.1.3. A Instituição deverá comunicar à PROPONENTE, prontamente e antes de qualquer divulgação, sobre qualquer eventual determinação administrativa ou judicial, que o obrigue a divulgar as Informações, mesmo que parcialmente, desde que tal comunicação seja permitida no âmbito da respectiva lei ou ordem administrativa ou judicial aplicável.

- 2.2. Outras obrigações relacionadas com as Informações: a Instituição e qualquer de seu(s) Representante(s), a partir da data de celebração deste termo, e até a data de entrega da Proposta Comercial, obrigam-se a:





(i) não emitir a carta que ateste a viabilidade do Plano de Negócios da PROPONENTE, conforme subitem 11.2 do EDITAL em favor de outra(s) PROPONENTE(s); e,

(ii) abster-se da prática de qualquer outro ato que possa resultar, direta ou indiretamente, em uso não adequado das Informações.

2.3. Responsabilidade: a Instituição, que, por si ou por seu(s) Representante(s), tiver violado as obrigações previstas neste termo, em especial as constantes dos parágrafos 2.1 e 2.2, obriga-se a indenizar e ressarcir o PODER CONCEDENTE e a PROPONENTE pelas perdas, danos e/ou custos incorridos, que sejam diretamente decorrentes ou relacionados à referida violação, sem qualquer limitação.

2.4. A Instituição deverá atender às solicitações de diligência da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO constituída segundo o EDITAL, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis.

3. DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. A Instituição e/ou qualquer de seu(s) Representante(s) estão isentos de qualquer obrigação legal ou responsabilidade no que se refere à realização da LICITAÇÃO, ressalvadas as obrigações assumidas no presente Termo de Confidencialidade.

3.2. O não exercício dos direitos aqui assegurados não importará em renúncia aos mesmos, sendo considerado como mera tolerância para todos os efeitos de direito.

3.3. Esse termo será regido pelas leis da República Federativa do Brasil.

3.4. Com exceção das obrigações previstas no parágrafo 2.2, as obrigações previstas neste termo vigorarão pelo prazo de 2 (dois) anos contados da data de assinatura deste termo.

3.5. A Instituição é pessoa jurídica com sede no Brasil, a qual através dos representantes infra-assinados detém poderes para receber citações e intimações, na forma do art. 213 e seguintes do Código de Processo Civil Brasileiro.

3.6. Fica eleito o foro da Comarca da Capital de Belo Horizonte como o único competente para dirimir eventuais questões relacionadas aos termos do presente,





BANCO
MERCANTIL DE
INVESTIMENTOS

014

Rua Rio de Janeiro, 654
9º andar | 30160-912
Belo Horizonte | MG
bminvestimentos.com.br

e renunciando, desde já, a Instituição, seu(s) Representante(s) e a PROPONENTE, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

- 3.7. Este Termo de Confidencialidade traduz o entendimento da Instituição com relação à confidencialidade das Informações e, nenhuma modificação a este termo ou renúncia aos termos e condições aqui pactuadas obrigarão a Instituição ou a PROPONENTE, a não ser que tais modificações e/ou renúncias sejam aprovadas, por escrito, por cada uma das partes e pelo PODER CONCEDENTE.

2º Ofício

2º Ofício

Paulo Henrique Brant de Araújo
Banco Mercantil de Investimentos S.A.
PAULO HENRIQUE BRANT DE ARAÚJO
DIRETOR PRESIDENTE

Felipe Boff
FELIPE BOFF
DIRETOR EXECUTIVO

[Assinatura]
Consórcio CONCIP SANTA LUZIA
SIGMA Engenharia Indústria e Comércio Ltda. (Empresa Líder)
(CNPJ/MF nº 25.898.180/0001-00)



Testemunhas:

Carla Ribeiro Barros
Nome: **CARLA RIBEIRO BARROS**
RG: **508**
GER RISCOS E MERCADO DE CAPITAIS

Kelcio de Oliveira Silva
Nome: **KELCIO DE OLIVEIRA SILVA**
RG: **M9053361**



EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021

OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA - MG.

Documentos da instituição financeira





**BANCO
MERCANTIL DE
INVESTIMENTOS**

016

Rua Rio de Janeiro, 654
9º andar | 30160-912
Belo Horizonte | MG
bminvestimentos.com.br

Belo Horizonte - MG, 24 de Junho de 2021.

A
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Município de Santa Luzia/MG

**Ref.: Edital de Concorrência nº 46/2021 - Declaração de Análise e Viabilidade da
Proposta Comercial Emitida pela Instituição Financeira**

DECLARAÇÃO


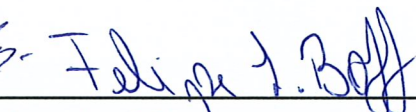
Prezados Senhores,

Banco Mercantil de Investimentos S. A., inscrito no CNPJ/MF sob o nº 34.169.557/0001-72, com sede na Rua Rio de Janeiro nº 654/680 – 5º andar, Centro, Belo Horizonte/MG, **DECLARA** para os devidos fins que, nesta data, em conformidade com seu Estatuto Social e a Legislação vigente, encontra-se autorizado a realização de assessoria financeira e operações de participação ou de financiamento, a prazos médios ou longos, para suprimento de capital fixo ou de movimento, mediante a aplicação de recursos próprios, coleta, intermediação e aplicação de recursos de terceiros, a administração de carteiras de valores mobiliários, além de outras operações previstas para as sociedades da espécie nas disposições legais e regulamentares.

Declaramos, ainda, que a instituição não se encontra submetida a liquidação, intervenção ou Regime Especial de Administração Temporária – RAET ou regime equivalente.

Por ser verdade, firmamos a presente

Atenciosamente,

Banco Mercantil de Investimentos S.A.

PAULO HENRIQUE BRANT DE ARAÚJO
DIRETOR PRESIDENTE

FELIPE BOFF
DIRETOR EXECUTIVO



PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

2º Ofício de Notas de Belo Horizonte

Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de PAULO HENRIQUE BRANT DE ARAÚJO em testemunho da verdade. Belo Horizonte, 24/06/2021.

Selo de Consulta : ETZ46384

Cód. Seg.: 6727.7189.3051.2659

Quantidade de Atos Praticados: 00001

Ato(s) praticado(s) por NILZA DAS GRAÇAS MARTINS - Escrevente Autorizada

Emol.: R\$5 82 - TFJ: R\$ 1.81 - Valor Final: R\$ 7.63 - ISS: R\$ 0.27

Consulte a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>

Nº DA ETIQUETA ABH176317



PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

2º Ofício de Notas de Belo Horizonte

Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de FELIPE LOPES BOFF em testemunho da verdade. Belo Horizonte, 24/06/2021.

Selo de Consulta : ETZ46385

Cód. Seg.: 6501.2478.0470.3832

Quantidade de Atos Praticados: 00001

Ato(s) praticado(s) por NILZA DAS GRAÇAS MARTINS - Escrevente Autorizada

Emol.: R\$5 82 - TFJ: R\$ 1.81 - Valor Final: R\$ 7.63 - ISS: R\$ 0.27

Consulte a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>

Nº DA ETIQUETA ABH176318





Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

017

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31300039439

Código da Natureza Jurídica

2046

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S. A.
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



MGE2001012022

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
------------	---------------	------------------	------	---------------------------

1	016			ATA DE REUNIAO DE DIRETORIA
---	-----	--	--	-----------------------------

BELO HORIZONTE

Local

3 Dezembro 2020

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

_____/_____/_____
Data

Responsável

☐ NÃO

_____/_____/_____
Data

Responsável

☐ NÃO

_____/_____/_____
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



_____/_____/_____
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



_____/_____/_____
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8131304 em 09/12/2020 da Empresa BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S. A., Nire 31300039439 e protocolo 207421790 - 04/12/2020. Autenticação: DA45BA7EC0EC8970AC999968E8CC83C981972B5F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/742.179-0 e o código de segurança vnDc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/12/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 1/6



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/742.179-0	MGE2001012022	03/12/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
091.739.196-91	LUIZ CARLOS DE ARAUJO
048.540.846-50	PAULO HENRIQUE BRANT DE ARAUJO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8131304 em 09/12/2020 da Empresa BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S. A., Nire 31300039439 e protocolo 207421790 - 04/12/2020. Autenticação: DA45BA7EC0EC8970AC999968E8CC83C981972B5F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/742.179-0 e o código de segurança vnDc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/12/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 2/6



BANCO
MERCANTIL DE
INVESTIMENTOS

ATA DE REUNIÃO DA DIRETORIA DO BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A. E “TERMO DE POSSE”.

No dia 1º de outubro de 2020, às 11:00 (onze) horas, na sede do Banco Mercantil do Brasil S.A., na Rua Rio de Janeiro, 654, em Belo Horizonte, Minas Gerais, compareceram os senhores abaixo citados, que este termo assinam, a fim de tomarem posse no cargo de Diretor (a), para o qual foram eleitos, na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 05 de agosto de 2020, e devidamente credenciada pelo Banco Central do Brasil, conforme Ofício 20.640/2020-BCB/Deorf/GTBHO, 25/09/2020, com mandato que se estenderá até a posse dos que forem eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que suceder à Assembleia Geral Ordinária de 2023: **Diretor Presidente: Sr. Paulo Henrique Brant de Araújo**, brasileiro, casado, administrador de empresas, C.I. nº MG-6.054.097 - SSPMG, e CPF nº 048.540.846-50, domiciliado na Rua Rio de Janeiro, n. 654, bairro Centro, Belo Horizonte/MG, CEP 30.160-912; **Diretor Vice-Presidente: Sr. Luiz Carlos de Araújo**, brasileiro, casado, contador, C.I. nº MG-036360/O-4-CRC e CPF nº 091.739.196-91, domiciliado na Rua Rio de Janeiro, n. 654, bairro Centro, Belo Horizonte / MG, CEP 30.160-912; **Diretor Executivo: Sr. César Adriano Figueiredo**, brasileiro, divorciado, economista, C.I. n. 16830506/SSP-SP e CPF 106.724.598-76, domiciliado na Rua Rio de Janeiro, n. 654, bairro Centro, Belo Horizonte / MG, CEP 30.160-912; **Diretor: Sr. Pedro Campos Vasconcellos**, brasileiro, casado, advogado, C.I. nº 89042 – OAB/MG e CPF nº 043.188.646-69, domiciliado na Rua Rio de Janeiro, n. 654, bairro Centro, Belo Horizonte / MG, CEP 30.160-912 e **Diretor: Sr. Felipe Lopes Boff**, brasileiro, casado, cientista de computadores, C.I. nº 8082313878 – SJS/II RS e CPF nº 001.484.930-50, domiciliado na Rua Rio de Janeiro, n. 654, Bairro Centro, Belo Horizonte / MG, CEP 30.160-912. Os Diretores acima qualificados declaram que não possuem quaisquer impedimentos para os exercícios dos cargos, em especial aquele elencado no Art. 147, da Lei 6.404/76 e na Resolução nº 4.122/2012, do Conselho Monetário Nacional. Depois de cumprirem o que dispõe o Art. 157, da Lei 6.404/76, os eleitos confessaram-se empossados e ratificaram, para todos os efeitos, seus compromissos de bem servirem aos interesses do Banco, assumindo os deveres e as prerrogativas legais de seus cargos. Belo Horizonte, 1º de outubro de 2020. **Presença Diretoria - Paulo Henrique Brant de Araújo, Luiz Carlos de Araújo, César Adriano Figueiredo, Pedro Campos Vasconcellos e Felipe Lopes Boff.**

CONFERE COM O ORIGINAL LAVRADO NO LIVRO PRÓPRIO

BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A.

Paulo Henrique Brant de Araújo
Diretor Presidente

Luiz Carlos de Araújo
Diretor Vice-Presidente



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8131304 em 09/12/2020 da Empresa BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S. A., Nire 31300039439 e protocolo 207421790 - 04/12/2020. Autenticação: DA45BA7EC0EC8970AC999968E8CC83C981972B5F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/742.179-0 e o código de segurança vnDc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/12/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/742.179-0	MGE2001012022	03/12/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
091.739.196-91	LUIZ CARLOS DE ARAUJO
048.540.846-50	PAULO HENRIQUE BRANT DE ARAUJO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8131304 em 09/12/2020 da Empresa BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S. A., Nire 31300039439 e protocolo 207421790 - 04/12/2020. Autenticação: DA45BA7EC0EC8970AC999968E8CC83C981972B5F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/742.179-0 e o código de segurança vnDc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/12/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 4/6



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
 Governo do Estado de Minas Gerais
 Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
 Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S. A., de NIRE 3130003943-9 e protocolado sob o número 20/742.179-0 em 04/12/2020, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8131304, em 09/12/2020. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Zulene figueiredo.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
048.540.846-50	PAULO HENRIQUE BRANT DE ARAUJO
091.739.196-91	LUIZ CARLOS DE ARAUJO

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
048.540.846-50	PAULO HENRIQUE BRANT DE ARAUJO
091.739.196-91	LUIZ CARLOS DE ARAUJO

Belo Horizonte, quarta-feira, 09 de dezembro de 2020



Documento assinado eletronicamente por Zulene figueiredo, Servidor(a) Público(a), em 09/12/2020, às 12:39 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://www.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 20/742.179-0.

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8131304 em 09/12/2020 da Empresa BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S. A., Nire 31300039439 e protocolo 207421790 - 04/12/2020. Autenticação: DA45BA7EC0EC8970AC999968E8CC83C981972B5F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/742.179-0 e o código de segurança vnDc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/12/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Marinely de Paula Bomfim
 MARINELY DE PAULA BOMFIM
 SECRETÁRIA-GERAL

pág. 5/6



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte. quarta-feira, 09 de dezembro de 2020



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8131304 em 09/12/2020 da Empresa BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S. A., Nire 31300039439 e protocolo 207421790 - 04/12/2020. Autenticação: DA45BA7EC0EC8970AC999968E8CC83C981972B5F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/742.179-0 e o código de segurança vnDc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/12/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

020

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31300039439

Código da Natureza Jurídica

2046

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A.
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



MGE2000258265

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	007			ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA

	019	1	ESTATUTO SOCIAL

BELO HORIZONTE

Local

22 Abril 2020

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

_____/_____/_____
Data

☐ NÃO

_____/_____/_____
Data

Responsável

☐ NÃO

_____/_____/_____
Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



_____/_____/_____
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



_____/_____/_____
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7811061 em 23/04/2020 da Empresa BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S. A., Nire 31300039439 e protocolo 201463067 - 20/03/2020. Autenticação: CAFD1DC395F26E27355FF82F5111E57D69F7A1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/146.306-7 e o código de segurança K16K Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/04/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 1/20



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/146.306-7	MGE2000258265	20/03/2020

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
071.712.506-87	ATHAIDE VIEIRA DOS SANTOS
091.739.196-91	LUIZ CARLOS DE ARAUJO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7811061 em 23/04/2020 da Empresa BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S. A., Nire 31300039439 e protocolo 201463067 - 20/03/2020. Autenticação: CAFD1DC395F26E27355FF82F5111E57D69F7A1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/146.306-7 e o código de segurança K16K Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/04/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 2/20



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S. A. – CNPJ Nº 34.169.557/0001-72 - COMPANHIA ABERTA – NIRE 31300039439.

1 – Local, Data e Hora: Sede social do Banco Mercantil de Investimentos S.A na Rua Rio de Janeiro, 654/680 – 5º andar, em Belo Horizonte, Minas Gerais, 13 de fevereiro de 2020, 10:00 (dez) horas.

2 – Presenças: Acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) das ações com direito a voto, estando também presente o Sr. José Ribeiro Vianna Neto, membro do Conselho de Administração.

3 – Mesa: Presidente: José Ribeiro Vianna Neto
Secretário: Leonardo de Mello Simão

4 – Convocação: Edital publicado na página 01 do “Minas Gerais”, edições de 29, 30 e 31/01/2020, nas páginas 21, 22 e 25 do “O Tempo”, edições de 29, 30 e 31/01/2020 e nas páginas B5, B4 e B6 do jornal “Folha de São Paulo – Regional São Paulo”, edições de 29, 30 e 31/01/2020.

5 – Lavratura da Ata: De acordo com o § 1º do artigo 130 da Lei 6.404/76.

6 – Ficarão arquivados na sede social, autenticados pela mesa, todos os documentos referidos nesta ata.

7 – Deliberações: Foi aprovada, por maioria, a proposta de alteração do Estatuto Social para criação do cargo de Vice-Presidente, alterando-se, portanto, os artigos 29, 30, 31, inclusão do art. 33, e renumeração dos seguintes, os quais passam a vigorar com as seguintes redações: “Art. 29 - A Diretoria será composta de, no mínimo 5(cinco) e, no máximo, 11 (onze) membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo: I – 1 (um) Diretor Presidente; II – 1 (um) Diretor Vice-Presidente (...)”; “Art. 30 – A representação ativa e passiva da sociedade, em juízo e fora dele, será exercida pelo Diretor Presidente ou por quem o estiver substituindo, observado o seguinte: § 1º - Conterão, necessariamente, a assinatura conjunta do Diretor Presidente e do Diretor Vice-Presidente ou do Diretor Presidente com um Diretor Executivo ou de dois Diretores Executivos. (...); b) Nos atos de constituição de procuradores extrajudiciais, cujos poderes deverão estar expressos no instrumento de mandato, deverão ser praticados em conjunto com o Diretor Presidente ou com o Diretor Vice-Presidente, ou com um Diretor Executivo ou, ainda, com um Diretor. § 2º - Conterão, necessariamente, a assinatura conjunta do Diretor Presidente, com o Diretor Vice-Presidente, ou com um Diretor Executivo, ou de dois Diretores Executivos ou, ainda, do Diretor Presidente com um Diretor os atos de administração ordinária da companhia, tais como recebimentos, pagamentos e quaisquer outros que não estejam abrangidos pelas hipóteses previstas no parágrafo anterior, bem como na constituição de procuradores para atuação em contencioso judicial ou administrativo. (...)”. “Art. 31 - Os Diretores, no caso de licença, não superior a 6 (seis) meses, serão substituídos com observância das seguintes regras: I - O Diretor-Presidente pelo Vice-Presidente; II - O Diretor Vice-Presidente pelo Diretor Executivo mais antigo no cargo (...).” “Art. 33 – Competirá ao Diretor Vice-Presidente assessorar o Diretor Presidente no cumprimento de suas

Handwritten signature and initials.



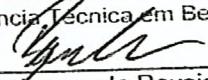
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7811061 em 23/04/2020 da Empresa BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S. A., Nire 31300039439 e protocolo 201463067 - 20/03/2020. Autenticação: CAFD1DC395F26E27355FF82F5111E57D69F7A1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/146.306-7 e o código de segurança K16K Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/04/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Handwritten signature and stamp of Marinely de Paula Bomfim, Secretária-Geral.

ATESTAMOS que este documento foi submetido a
exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta de carta emitida à parte.

DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em Belo Horizonte


Bruno Leonardo Ravaiani Brum
Analista



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7811061 em 23/04/2020 da Empresa BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S. A., Nire 31300039439 e protocolo 201463067 - 20/03/2020. Autenticação: CAFD1DC395F26E27355FF82F5111E57D69F7A1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/146.306-7 e o código de segurança K16K Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/04/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL




atribuições, bem como substituí-lo em suas ausências ou em caso de vacância ou impedimento."

A matéria, objeto da presente deliberação, foi aprovada com 4.031.474 votos a favor.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual, para constar, lavrou-se esta ata que, após lida e aprovada por todos os presentes, conforme Livro de Presença, vai assinada pelo Presidente e Secretário, atestando a veracidade do quanto foi decidido nessa Assembleia, para todos os fins de direito. Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2020. Leonardo de Mello Simão - Secretário; José Ribeiro Vianna Neto Presidente.

CONFERE COM ORIGINAL LAVRADO NO LIVRO PRÓPRIO

BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S. A.


Luiz Carlos de Araújo
Diretor Executivo


Roberto Godoy Assumpção
Diretor Presidente



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

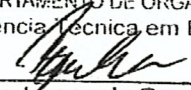
Certifico registro sob o nº 7811061 em 23/04/2020 da Empresa BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S. A., Nire 31300039439 e protocolo 201463067 - 20/03/2020. Autenticação: CAFD1DC395F26E27355FF82F5111E57D69F7A1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/146.306-7 e o código de segurança K16K Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/04/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 5/20

ATESTAMOS que este documento foi submetido a
exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta de carta emitida à parte.

DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em Belo Horizonte




Bruno Leonardo Ravaiani Brum
Analista



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7811061 em 23/04/2020 da Empresa BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S. A., Nire 31300039439 e protocolo 201463067 - 20/03/2020. Autenticação: CAFD1DC395F26E27355FF82F5111E57D69F7A1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/146.306-7 e o código de segurança K16K Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/04/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 34.169.557/0001-72

NIRE nº 31300039439

COMPANHIA ABERTA

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E PRAZO

Art. 1º - O Banco Mercantil de Investimentos S. A., autorizado a funcionar pela Carta-Patente nº A-71/311, de 1º de abril de 1971, é uma sociedade anônima que se rege pela legislação em vigor e por este Estatuto.

Art. 2º - A Sociedade tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, podendo a critério do Conselho de Administração, instalar filiais, agências e quaisquer outros departamentos, neste Estado e fora dele, observadas as prescrições legais.

Art. 3º - Constitui objeto do Banco a realização de operações de participação ou de financiamento, a prazos médios ou longos, para suprimento de capital fixo ou de movimento, mediante a aplicação de recursos próprios, coleta, intermediação e aplicação de recursos de terceiros, a administração de carteiras de valores mobiliários, além de outras operações previstas para as sociedades da espécie nas disposições legais e regulamentares.

Art. 4º - A duração do Banco é por prazo indeterminado.

CAPÍTULO II

CAPITAL SOCIAL

Art. 5º - O capital social do Banco é de R\$82.028.400,00 (oitenta e dois milhões, vinte e oito mil e quatrocentos reais), dividido em 4.825.200 (quatro milhões, oitocentas e vinte e cinco mil e duzentas) ações escriturais, sendo 4.115.057 (quatro milhões, cento e quinze mil e cinquenta e sete) ações ordinárias e 710.143 (setecentas e dez mil, cento e quarenta e três) ações preferenciais, todas do valor nominal de R\$17,00 (dezessete reais) cada uma.

Art. 6º - Nos aumentos de capital, serão observadas as seguintes regras:

I - As ações da sociedade somente poderão ser negociadas depois de realizado o percentual exigido por Lei, do preço de sua emissão, sob pena de nulidade.

II - O subscritor que não efetuar o pagamento na forma e prazos estabelecidos na chamada, ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento dos juros, da correção monetária da multa de 10% (dez por cento) do valor da prestação e, à opção da companhia, à cobrança executiva ou à venda, em bolsa, das ações por ele subscritas.

III - O aumento do capital social, mediante a capitalização de lucros ou de reservas, importará alteração do valor nominal das ações ou distribuição de ações novas, correspondentes ao aumento, entre os acionistas, na proporção do número de ações que possuírem.

IV - O valor de subscrição das ações que exceder ao seu valor nominal será destinado à conta de reserva de capital, nos termos do artigo 182, § 1º, alínea "a", da Lei das Sociedades por Ações.

V - O aumento do capital social com emissão de ações para colocação mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública poderá ocorrer sem direito de preferência para os antigos acionistas, na forma prevista no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

§1º - O capital social poderá ser aumentado até o limite de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) independentemente de alteração deste Estatuto Social, nos termos do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do Conselho de Administração.

§2º - Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço e prazo de subscrição e integralização, bem como as demais condições da emissão de ações, inclusive se haverá exclusão do direito de preferência na forma prevista no inciso V acima.

Art. 7º - Por solicitação do acionista, o Banco fornecerá extrato de sua conta de depósitos de ações.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7811061 em 23/04/2020 da Empresa BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S. A., Nire 31300039439 e protocolo 201463067 - 20/03/2020. Autenticação: CAFD1DC395F26E27355FF82F5111E57D69F7A1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/146.306-7 e o código de segurança K16K Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/04/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

Art. 8º - A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Art. 9º - As ações preferenciais não dão direito a voto, mas é assegurada a elas prioridade na distribuição de dividendos mínimos (Art. 40, § 1º, deste Estatuto).

CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL

Art. 10 - As assembleias gerais serão ordinárias e extraordinárias e sua convocação e funcionamento reger-se-ão pela Lei e por este Estatuto.

Parágrafo Único - A Assembleia Geral Ordinária e a Extraordinária poderão ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora e instrumentadas em ata única, desde que observado o "quórum" indispensável à matéria em pauta.

Art. 11 - A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á, anualmente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social para tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, aprovar a correção da expressão monetária do capital social e, quando for o caso, eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Art. 12 - A ata da Assembleia Geral que eleger os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, deverá conter a qualificação de cada um dos eleitos, o prazo do mandato, ser arquivada no registro do comércio e publicada.

Art. 13 - O Presidente do Conselho de Administração, ou seu substituto, nos termos do Artigo 20 deste Estatuto, verificando no livro próprio a existência do número legal de acionistas, declarará instalada a Assembleia e convidará estes a escolherem quem a presidirá. O escolhido convocará outro acionista para secretariar os trabalhos.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO

Art. 14 - O Banco será administrado por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, órgãos que têm as atribuições e poderes que lhes são conferidos por Lei.

Art. 15 - Podem ser eleitos para os órgãos da administração pessoas naturais, devendo os Diretores ser residentes no País.

Art. 16 - Eleitos nas formas previstas nos Artigos 19 e 29, deste Estatuto, os administradores do Banco serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro de atas do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso. Salvo justificativa aceita pelo órgão para o qual tiver sido eleito, será tornada sem efeito a eleição do administrador que não assinar o respectivo termo no prazo máximo de trinta dias, contados a partir da competente aceitação de seu nome pelo Banco Central do Brasil.

Art. 17 - O prazo de mandato dos administradores - que poderão ser reeleitos - é de 3 (três anos), mas se estende até a investidura de novos administradores eleitos.

Parágrafo Único - O substituto escolhido para preencher cargo vago completará o prazo da gestão do substituído.

Art. 18 - Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo de que trata o Artigo 40 - II deste Estatuto, observados os limites fixados na Lei.

Parágrafo Único - Ao pagamento de participação aos administradores, à conta do lucro apurado, aplica-se o disposto no Artigo 25, XIII, deste Estatuto.

CAPÍTULO V CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 19 - O Conselho de Administração do Banco é composto de 5 (cinco) membros, eleitos pela Assembleia Geral, que os poderá destituir a qualquer tempo.

Art. 20 - O Conselho de Administração - órgão de deliberação colegiada - será dirigido por um Presidente, substituído nas suas faltas e impedimentos, pelo Vice-Presidente e pelo Secretário, sucessivamente.





Art. 21 - Na reunião em que se empossar, o Conselho de Administração elegerá dentre seus membros, por maioria absoluta de votos e pelo processo que adotar, seu Presidente, seu Vice-Presidente e seu Secretário.

Art. 22 - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez em cada semestre e extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou seu substituto ou 1/3 (um terço) de seus membros.

Art. 23 - O Conselho de Administração só poderá se reunir com a presença da maioria absoluta de seus membros. Suas deliberações serão tomadas por maioria de votos.

Parágrafo Único - Ao Presidente do Conselho de Administração, ou seu substituto, além do voto próprio, é conferido o de desempate.

Art. 24 - Vago cargo de Conselheiro, será seu substituto nomeado pelos Conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral. Vaga a maioria dos cargos, será convocada a Assembleia Geral para preenchê-los.

Art. 25 - Compete ao Conselho de Administração:

- I - Fixar a orientação geral dos negócios do Banco;
- II - Eleger e destituir os diretores do Banco e fixar-lhes as atribuições, observado, quanto à última parte, o que a respeito dispuser este Estatuto;
- III - Fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis do Banco e solicitar informações sobre qualquer dos seus atos;
- IV - Convocar a Assembleia Geral, quando julgar necessário ou conveniente, ou no caso do Art. 132, da Lei 6.404 de 15-12-76;
- V - Manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria;
- VI - Autorizar a alienação de bens imóveis do ativo permanente e a constituição de ônus reais;
- VII - Decidir sobre a contratação e destituição de auditores independentes;
- VIII - Resolver as dúvidas suscitadas no âmbito das competências estatutária e regimental.

IX - Aprovar o Regimento Interno do Banco;

X - Deferir licença aos conselheiros administrativos e diretores (Art. 31);

XI - Suspender, se necessário, pelo tempo e forma legal, a transferência de ações;

XII - Dispor, quando necessário, sobre atribuições e poderes especiais de Diretores Executivos e Diretores Regionais;

XIII - Deliberar, ouvida a Diretoria Executiva, sobre a fixação de dividendos e pagamento de participação à conta do lucro apurado, desde que com rigorosa observância das prioridades previstas em Lei e neste Estatuto;

XIV - Criar e extinguir dependências.

XV - Autorizar a emissão de ações do Banco, nos limites autorizados no Artigo 6º deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir o direito de preferência nas emissões de ações cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública.

Art. 26 - Serão arquivadas no registro do comércio e publicadas as atas das reuniões do Conselho de Administração que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Art. 27 - Os membros do Conselho de Administração perceberão remuneração fixada pela Assembleia Geral e, satisfeitos os requisitos do Artigo 18, deste Estatuto, uma participação nos lucros do exercício social.

CAPÍTULO VI DIRETORIA

Art. 28 - A Diretoria tem os poderes e as atribuições que a Lei e este Estatuto lhe conferem e os que lhe forem outorgados pelo Conselho de Administração, para o exercício dos atos necessários ao funcionamento regular da sociedade.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7811061 em 23/04/2020 da Empresa BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S. A., Nire 31300039439 e protocolo 201463067 - 20/03/2020. Autenticação: CAFD1DC395F26E27355FF82F5111E57D69F7A1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/146.306-7 e o código de segurança K16K Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/04/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

Art. 29 - A Diretoria será composta de, no mínimo 5 (cinco) e, no máximo, 11 (onze) membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo:

I - 1 (um) Diretor Presidente;

II - 1 (um) Diretor Vice-Presidente

III - Diretor(es) Executivo(s), no mínimo de 1 (um) e no máximo de 4 (quatro) membros;

IV - Diretores, no mínimo de 2 (dois) e no máximo de 5 (cinco) membros.

§ 1º - Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de 1/3 (um terço), poderão ser eleitos para o cargo de Diretor.

Art. 30 - A representação ativa e passiva da sociedade, em juízo e fora dele, será exercida pelo Diretor Presidente ou por quem o estiver substituindo, observado o seguinte:

§ 1º - Conterão, necessariamente, a assinatura conjunta do Diretor Presidente e do Diretor Vice-Presidente ou do Diretor Presidente com um Diretor Executivo ou de dois Diretores Executivos.

a) Nos atos que importem em oneração ou alienação de bens móveis ou imóveis, bem como a constituição de ônus reais sobre eles, prestação de garantia real ou fidejussória, transação ou renúncia de direitos e, ainda, exoneração de direitos de terceiros.

b) Nos atos de constituição de procuradores extrajudiciais, cujos poderes deverão estar expressos no instrumento de mandato, deverão ser praticados em conjunto com o Diretor Presidente ou com o Diretor Vice-Presidente, ou com um Diretor Executivo ou, ainda, com um Diretor.

§ 2º - Conterão, necessariamente, a assinatura conjunta do Diretor Presidente, com o Diretor Vice-Presidente, ou com um Diretor Executivo, ou de dois Diretores Executivos ou, ainda, do Diretor Presidente com um Diretor os atos de administração ordinária da companhia, tais como recebimentos, pagamentos e quaisquer outros que não estejam abrangidos pelas hipóteses previstas no parágrafo anterior, bem como na constituição de procuradores para atuação em contencioso judicial ou administrativo.

§ 3º - A Sociedade poderá ser representada por qualquer Diretor Executivo ou Diretor, ou ainda por procurador com poderes específicos e especiais, nos atos relativos a:

I - Recebimento de citação ou prestação de depoimento em juízo;

II - Recebimento de intimações e prestação de declarações extrajudiciais.

Art. 31 - Os Diretores, no caso de licença, não superior a 6 (seis) meses, serão substituídos com observância das seguintes regras:

I - O Diretor-Presidente pelo Vice-Presidente.

II - O Diretor Vice-Presidente pelo Diretor Executivo mais antigo no cargo

III - O Diretor-Executivo por outro Diretor-Executivo por deliberação unânime dos Diretores-Executivos remanescentes. Caso não haja acordo ou apenas 1 (um) Diretor-Executivo se encontre no exercício do cargo, a deliberação será cometida ao Conselho de Administração, que decidirá no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

III - O Diretor (art. 29, III) por outro Diretor por deliberação unânime dos Diretores-Executivos, aplicada à hipótese o que dispõe o item II, supra, "in fine".

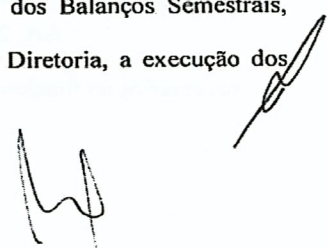
§ 1º - Se algum Diretor-Executivo ou Diretor, sem causa justificada, deixar de exercer suas funções por prazo superior a dois (2) meses, considerar-se-á como tendo renunciado ao cargo, observado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 2º - Verificada a abertura de vaga na Diretoria, será esta imediatamente comunicada ao Conselho de Administração, que elegerá o substituto para completar o mandato do substituído.

Art. 32 - Compete ao Diretor-Presidente, ou a quem o estiver substituindo:

I - Propor ao Conselho de Administração a aprovação dos Balanços Semestrais, juntamente com a proposta de destinação dos resultados.

II - Orientar, em harmonia com os outros membros da Diretoria, a execução dos negócios do Banco;





III - Fixar critérios da administração do pessoal, podendo admitir, punir e demitir empregados;

IV - Requerer, em decorrência de exigência legal ou regulamentar, autorização para o funcionamento de departamentos e aprovação de qualquer ato ou decisão social;

V - Convocar, quando necessário, reuniões da Diretoria e presidi-las;

VI - Elaborar o relatório anual da Diretoria sobre a execução dos negócios sociais, os demais relatórios e as propostas ou exposições desse órgão a serem apresentados à Assembleia Geral e aos Conselhos de Administração e Fiscal.

Art. 33 – Competirá ao Diretor Vice-Presidente assessorar o Diretor Presidente no cumprimento de suas atribuições, bem como substituí-lo em suas ausências ou em caso de vacância ou impedimento.

Art. 34 – Ao(s) Diretor(es) Executivo(s) compete:

I – Administração e Gestão dos negócios da Sociedade, de acordo com as atribuições fixadas para as áreas que lhe forem designadas;

II – Supervisionar as áreas de atuação do Banco que lhes forem cometidas pelo Conselho de Administração;

III – Supervisionar a atuação dos Diretores (art. 29, III)

Art. 35 – Aos Diretores compete, assessorar o(s) Diretor(es) Executivo(s) no cumprimento de suas atribuições, bem como desempenhar as tarefas que lhe forem designadas.

Art. 36 – Os membros da Diretoria perceberão remuneração fixada pela Assembleia Geral e, atendido o preceito do Artigo 18, deste Estatuto, uma participação nos lucros do exercício social.

CAPÍTULO VII

CONSELHO FISCAL

Art. 37 – A Sociedade terá um Conselho Fiscal composto de cinco (5) membros efetivos e igual número de suplentes, com as atribuições e os poderes que a Lei lhe confere.

Art. 38 – O funcionamento do Conselho Fiscal ocorrerá nos exercícios sociais em que for instalado, a pedido de acionistas, nas condições previstas em Lei.

Parágrafo Único – A Assembleia Geral que instalar o Conselho Fiscal, fixará também a remuneração de seus membros efetivos.

CAPÍTULO VIII

EXERCÍCIO SOCIAL, RESULTADO, LUCRO LÍQUIDO, RESERVA LEGAL, PARTICIPAÇÕES E RESERVAS ESPECIAIS

Art. 39 – O exercício social será de 1º de janeiro a 31 de dezembro, devendo os resultados serem apurados em balanços semestrais.

Art. 40 – Os resultados apurados terão a destinação legal e o lucro líquido a que se segue:

I – Uma cota de 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até perfazer 20% (vinte por cento) do capital social;

II – Dividendo ao acionista, de 25% (vinte e cinco por cento) no mínimo, do lucro líquido de cada exercício social;

III – Uma parcela de até 70% (setenta por cento), para reserva de lucros para futuro aumento de capital, a qual não poderá ultrapassar 80% (oitenta por cento) do capital social, conforme disposto no artigo 182, § 4º, c/c artigo 194, da Lei das Sociedades por Ações;

IV – Parcela de até 6% (seis por cento) para reserva destinada a pagamento de dividendo futuro, a qual não poderá ultrapassar 12% (doze por cento) do capital social.

§ 1º – É assegurado aos titulares das ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária ou o direito ao recebimento de dividendos mínimos anuais não cumulativos de 7% (sete por cento) sobre o valor nominal da ação, sendo efetivamente pago o dividendo que, dentre essas duas alternativas, represente o de maior valor.

§ 2º – A Diretoria, ouvido o Conselho de Administração, proporá à Assembleia Geral a destinação a ser dada ao saldo que remanescer do lucro líquido e de eventuais valores de reservas revertidas no período.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

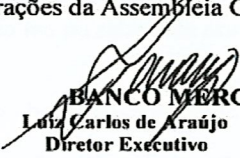
Certifico registro sob o nº 7811061 em 23/04/2020 da Empresa BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S. A., Nire 31300039439 e protocolo 201463067 - 20/03/2020. Autenticação: CAFD1DC395F26E27355FF82F5111E57D69F7A1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/146.306-7 e o código de segurança K16K Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/04/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

CAPÍTULO IX DISSOLUÇÃO

Art. 41 - Dissolver-se-á a Sociedade nos casos previstos pela legislação em vigor, aplicando-se à sua dissolução e liquidação os preceitos do capítulo XVII, da Lei número 6.404 de 15-12-76 e demais disposições de direito concernentes.

O presente Estatuto do Banco Mercantil de Investimentos S. A., em vigor, está redigido conforme deliberações da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de fevereiro de 2020.


BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S. A.
Luiz Carlos de Araújo
Diretor Executivo


BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S. A.
Roberto Godoy Assumpção
Diretor Presidente





BANCO CENTRAL DO BRASIL

Ofício 4.848/2020-BCB/Deorf/GTBHO
Processo 0000171635

Belo Horizonte, 13 de março de 2020.

Ao
Banco Mercantil de Investimentos S/A
Rua Rio de Janeiro, 654 - Centro
30160-912 Belo Horizonte - MG

A/C dos Senhores
Roberto Godoy Assumpção - Diretor Presidente
Luiz Carlos de Araújo - Diretor Executivo

Assunto: Comunicação de deferimento de pleito.

Prezados Senhores,


Comunicamos que o Banco Central do Brasil, por despacho desta data, aprovou os assuntos a seguir especificados, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 13 de fevereiro de 2020:

a) reforma estatutária: artigos 29, 30, 31 e 33.

2. Anexamos documentação autenticada, para fins de arquivamento no Registro do Comércio.

Atenciosamente,


Marcos Antônio Henriques Pinheiro
Gerente-Técnico


Laura Maria Guimarães Carneiro
Coordenadora

Anexos autenticados: 1 documento; 2 páginas.

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)
Gerência-Técnica em Belo Horizonte (GTBHO)
Av. Álvares Cabral, 1.605 - 3º andar - Santo Agostinho - 30170-008 Belo Horizonte - MG
Tel.: (31)3253-7448, 3253-7023, 3253-7081
E-mail: gtbho.deorf@bcb.gov.br



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7811061 em 23/04/2020 da Empresa BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S. A., Nire 31300039439 e protocolo 201463067 - 20/03/2020. Autenticação: CAFD1DC395F26E27355FF82F5111E57D69F7A1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/146.306-7 e o código de segurança K16K Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/04/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 13/20



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/146.306-7	MGE2000258265	20/03/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
071.712.506-87	ATHAIDE VIEIRA DOS SANTOS
091.739.196-91	LUIZ CARLOS DE ARAUJO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7811061 em 23/04/2020 da Empresa BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S. A., Nire 31300039439 e protocolo 201463067 - 20/03/2020. Autenticação: CAFD1DC395F26E27355FF82F5111E57D69F7A1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/146.306-7 e o código de segurança K16K Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/04/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



Belo Horizonte, 22 de abril de 2020.

LISTA DE PRESENÇA DE ACIONISTAS:

Seguem abaixo a Relação de Acionistas extraída do livro de presença relativo à Assembleia Geral Extraordinária da **Banco Mercantil de Investimentos S.A.** (CNPJ Nº 34.169.557/0001-72 e NIRE 31300039439), ocorrida em 13 de fevereiro de 2020, às 10:00 (dez horas) na sede social, na Rua Rio de Janeiro, 654 - 5º andar, em Belo Horizonte, Minas Gerais:

NOME:

CPF/CNPJ:

- Banco Mercantil do Brasil S.A.
- Athaide Vieira dos Santos
- José Ribeiro Vianna Neto
- Leonardo de Mello Simão

17.184.037/0001-10.
071.712.506-87.
318.695.726-53.
000.560.086-35.

CONFERE COM O ORIGINAL LAVRADO NO LIVRO PRÓPRIO

BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S. A.

Luiz Carlos de Araújo
Diretor Executivo

Roberto Godoy Assumpção
Diretor Presidente



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7811061 em 23/04/2020 da Empresa BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S. A., Nire 31300039439 e protocolo 201463067 - 20/03/2020. Autenticação: CAFD1DC395F26E27355FF82F5111E57D69F7A1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/146.306-7 e o código de segurança K16K Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/04/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 15/20



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/146.306-7	MGE2000258265	20/03/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
071.712.506-87	ATHAIDE VIEIRA DOS SANTOS
091.739.196-91	LUIZ CARLOS DE ARAUJO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7811061 em 23/04/2020 da Empresa BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S. A., Nire 31300039439 e protocolo 201463067 - 20/03/2020. Autenticação: CAFD1DC395F26E27355FF82F5111E57D69F7A1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/146.306-7 e o código de segurança K16K Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/04/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 16/20

ANEXO
DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, **VALTER LUCIO DE OLIVEIRA**, com inscrição ativa na OAB/(MG) sob o nº 46.749, expedida em 29/04/2016, inscrito no CPF nº 298.835.556-87, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

Documentos apresentados:

1. Ofício ao Banco Central do Brasil nº 4.848/2020 - BCB/Deorf/GTBHO – Ref.: processo 171635, aprovando reforma estatutária: artigos 29,30,31 e 33 - 01 (uma) página.
2. Ata de Assembleia Geral Extraordinária deliberando/aprovando a reforma estatutária: 29,30,31 e 33 – 4 (quatro) páginas, incluindo frete e verso.
3. Estatuto Social Consolidado como parte integrante da Ata AGE – 6 (seis) páginas.

Belo Horizonte, 20/04/2020.



VALTER LUCIO DE OLIVEIRA

Valter Lúcio de Oliveira
Advogado - OAB/MG - 46.749



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7811061 em 23/04/2020 da Empresa BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S. A., Nire 31300039439 e protocolo 201463067 - 20/03/2020. Autenticação: CAFD1DC395F26E27355FF82F5111E57D69F7A1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/146.306-7 e o código de segurança K16K Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/04/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 17/20



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/146.306-7	MGE2000258265	20/03/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
071.712.506-87	ATHAIDE VIEIRA DOS SANTOS
091.739.196-91	LUIZ CARLOS DE ARAUJO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7811061 em 23/04/2020 da Empresa BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S. A., Nire 31300039439 e protocolo 201463067 - 20/03/2020. Autenticação: CAFD1DC395F26E27355FF82F5111E57D69F7A1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/146.306-7 e o código de segurança K16K Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/04/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 18/20



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
 Governo do Estado de Minas Gerais
 Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
 Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S. A., de NIRE 3130003943-9 e protocolado sob o número 20/146.306-7 em 20/03/2020, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 7811061, em 23/04/2020. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Ligia Xenes Gusmão Dutra.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
071.712.506-87	ATHAIDE VIEIRA DOS SANTOS
091.739.196-91	LUIZ CARLOS DE ARAUJO

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
071.712.506-87	ATHAIDE VIEIRA DOS SANTOS
091.739.196-91	LUIZ CARLOS DE ARAUJO

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
071.712.506-87	ATHAIDE VIEIRA DOS SANTOS
091.739.196-91	LUIZ CARLOS DE ARAUJO

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
071.712.506-87	ATHAIDE VIEIRA DOS SANTOS
091.739.196-91	LUIZ CARLOS DE ARAUJO

Belo Horizonte, quinta-feira, 23 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por Ligia Xenes Gusmão Dutra, Servidor(a) Público(a), em 23/04/2020, às 12:09 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 20/146.306-7.

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7811061 em 23/04/2020 da Empresa BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S. A., Nire 31300039439 e protocolo 201463067 - 20/03/2020. Autenticação: CAFD1DC395F26E27355FF82F5111E57D69F7A1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/146.306-7 e o código de segurança K16K Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/04/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
 SECRETÁRIA-GERAL

pág. 19/20



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, quinta-feira, 23 de abril de 2020



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7811061 em 23/04/2020 da Empresa BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S. A., Nire 31300039439 e protocolo 201463067 - 20/03/2020. Autenticação: CAFD1DC395F26E27355FF82F5111E57D69F7A1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/146.306-7 e o código de segurança K16K Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/04/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 20/20



CERTIDÃO

Certifica-se que, nesta data, o (a) BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS SA (CNPJ 34.169.557/0001-72) encontra-se na situação **Autorizada em Atividade**, no segmento **Banco de Investimento**, estando habilitada, nos termos da legislação em vigor, a praticar operações permitidas às instituições da espécie.

2. Certifica-se, ainda, que, quando da emissão desta certidão, constava em nossos cadastros que a instituição não se encontrava submetida a regime de administração especial temporária, de intervenção ou de liquidação extrajudicial por parte deste Banco Central.

3. Certidão emitida eletronicamente às 10:48:06 do dia 25/6/2021, com base na Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995. Para verificar a autenticidade deste documento acesse o endereço <https://www3.bcb.gov.br/certiaut/validar>.

Código de validação: 7iXFLmoGktKPVV5g0o69

Certidão emitida gratuitamente.



S&P Global Ratings

Comunicado à Imprensa

Perspectiva do rating **'brBBB+'** do Banco Mercantil do Brasil S.A. alterada de positiva para estável por cenário econômico desafiador imposto pela COVID-19

08 de abril de 2020

Resumo

- Apesar da melhora no desempenho operacional em 2019, acreditamos que as condições desafiadoras da economia resultantes das medidas que estão sendo implementadas para contenção do surto da COVID-19 terão impactos na capacidade do **Banco Mercantil do Brasil S.A. (BMB)** de seguir melhorando sua qualidade de ativos e resultados em 2020.
- Por outro lado, acreditamos que a instituição possui níveis de liquidez e capital adequados para a gestão de seus negócios em meio à paralisação do setor comercial e de serviços por todo o país.
- Nesse contexto, alteramos a perspectiva do rating do BMB, de positiva para estável. Além disso, reafirmamos o rating de crédito de emissor de longo prazo 'brBBB+' na Escala Nacional Brasil atribuído ao BMB.
- A perspectiva estável do rating reflete nossa visão de que os fatores da análise de crédito do BMB devem permanecer inalterados nos próximos 12 meses.

Ação de Rating

São Paulo (S&P Global Ratings), 8 de abril de 2020 – A S&P Global Ratings reafirmou hoje, em sua Escala Nacional Brasil, o rating de crédito de emissor de longo prazo 'brBBB+' atribuído ao **Banco Mercantil do Brasil S.A. (BMB)**. Além disso, alterou a perspectiva do rating de positiva para estável.

Fundamentos

Em nossa visão, as medidas governamentais adotadas para contenção da disseminação da COVID-19 no Brasil, que incluem limitação no funcionamento de negócios não essenciais e recomendações de distanciamento social, devem prejudicar a capacidade do BMB de seguir melhorando seu desempenho operacional em 2020. Acreditamos que o banco deverá apresentar uma redução nos volumes de originações de novos empréstimos e uma potencial deterioração na qualidade de crédito de seus ativos em 2020 em comparação ao nosso cenário-base anterior, particularmente no crédito a pequenas e médias empresas (PMEs). Dessa forma, acreditamos que uma elevação do rating nos próximos meses é menos provável.

ANALISTA PRINCIPAL

Pedro Breviglieri
São Paulo
55 (11) 3039-9725
pedro.breviglieri
@spglobal.com

CONTATO ANALÍTICO ADICIONAL

Guilherme Machado
São Paulo
55 (11) 3039-9754
guilherme.machado
@spglobal.com

LÍDER DO COMITÊ DE RATING

Sergio Garibian
São Paulo
55 (11) 3039-9749
sergio.garibian
@spglobal.com



S&P Global Ratings

Por outro lado, acreditamos que a melhora no desempenho operacional do banco nos últimos anos o permitiu estar em melhor posição financeira para absorver os impactos desta crise. Em dezembro de 2019, seu índice de Basileia atingiu 16,7%, confortavelmente acima do mínimo regulatório de 10,5%. Além disso, seus ativos líquidos ampliados cobriam 4,6x seu funding de atacado de curto prazo, que inclui o vencimento de uma dívida subordinada no montante de US\$155 milhões em julho de 2020. Não prevemos que o nível de liquidez do BMB se altere em face do cenário econômico desafiador que esperamos, dado que o banco obtém cerca de 63% de suas captações por meio de investidores individuais, que representam uma fonte de funding mais estável, em nossa visão.

Perspectiva

A perspectiva estável reflete nossa visão de que existe uma chance menor que uma em três de alterarmos o rating do BMB no curto prazo. Acreditamos que a redução brusca nos volumes de atividade econômica devido ao surto da COVID-19 deve reduzir as originações e piorar a qualidade dos ativos do banco. No entanto, esperamos que o BMB mantenha liquidez adequada e índices de capital regulatórios acima do mínimo requerido nos próximos 12 meses.

Cenário de rebaixamento

Poderemos rebaixar o rating se a posição financeira do BMB for materialmente afetada por uma piora acima do previsto na qualidade de seus ativos ou por forte diminuição de suas receitas.

Cenário de elevação

Poderemos elevar o rating do BMB nos próximos 12 meses se os efeitos da crise forem menores do que antecipamos e se o banco conseguir manter seus resultados e qualidade de ativos estáveis.

TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE RATINGS

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	
Rating de Crédito de Emissor	
Escala Nacional Brasil	brBBB+/Estável/--
SACP*	-
Âncora	bb+
Posição de negócios	Moderada
Capital e rentabilidade	Fraca
Posição de risco	Fraca
Funding e liquidez	Abaixo da média e adequada
Suporte	0
Suporte GRE**	0
Suporte de grupo	0
Suporte soberano	0
Fatores adicionais	0

*Perfil de Crédito Individual (SACP - *stand-alone credit profile*)

** Entidades vinculadas a governos (GREs - *government related entities*)

S&P Global Ratings

Certos termos utilizados neste relatório, particularmente certos adjetivos usados para expressar nossa visão sobre os fatores que são relevantes para os ratings, têm significados específicos que lhes são atribuídos em nossos Critérios e, por isso, devem ser lidos em conjunto com tais Critérios. Consulte os Critérios de Rating em www.standardandpoors.com.br para mais informações. Informações detalhadas estão disponíveis aos assinantes do RatingsDirect no site www.capitaliq.com. Todos os ratings afetados por esta ação de rating são disponibilizados no site público da S&P Global Ratings em www.standardandpoors.com. Utilize a caixa de pesquisa localizada na coluna à esquerda no site.

Critérios e Artigos Relacionados

Critérios

- [Critério Geral: Metodologia de rating de grupo](#), 1º de julho de 2019
- [Metodologia de ratings de crédito nas escalas nacionais e regionais](#), 25 de junho de 2018
- [Metodologia de estrutura de capital ajustado pelo risco](#), 20 de julho de 2017
- [Métricas Quantitativas para a Avaliação de Bancos Globalmente: Metodologia e Premissas](#), 17 de julho de 2013
- [Metodologia e premissas para avaliação do risco da indústria bancária de um país](#), 9 de novembro de 2011
- [Bancos: Metodologia e Premissas de Rating](#), 9 de novembro de 2011
- [Uso de CreditWatch e Perspectivas](#), 14 de setembro de 2009

EMISSION	DATA DE ATRIBUIÇÃO DO RATING INICIAL	DATA DA AÇÃO ANTERIOR DE RATING
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.		
<i>Rating de Crédito de Emissor</i>		
Escala Nacional Brasil (longo prazo)	04 de outubro de 2005	10 de março de 2020



INFORMAÇÕES REGULATÓRIAS ADICIONAIS

Outros serviços fornecidos ao emissor

Não há outros serviços prestados a este emissor.

Atributos e limitações do rating de crédito

A S&P Global Ratings utiliza informações em suas análises de crédito provenientes de fontes consideradas confiáveis, incluindo aquelas fornecidas pelo emissor. A S&P Global Ratings não realiza auditorias ou quaisquer processos de *due diligence* ou de verificação independente da informação recebida do emissor ou de terceiros em conexão com seus processos de rating de crédito ou de monitoramento dos ratings atribuídos. A S&P Global Ratings não verifica a completude e a precisão das informações que recebe. A informação que nos é fornecida pode, de fato, conter imprecisões ou omissões que possam ser relevantes para a análise de crédito de rating.

Em conexão com a análise deste (s) rating (s) de crédito, a S&P Global Ratings acredita que há informação suficiente e de qualidade satisfatória de maneira a permitir-lhe ter uma opinião de rating de crédito. A atribuição de um rating de crédito para um emissor ou emissão pela S&P Global Ratings não deve ser vista como uma garantia da precisão, completude ou tempestividade da (i) informação na qual a S&P Global Ratings se baseou em conexão com o rating de crédito ou (ii) dos resultados que possam ser obtidos por meio da utilização do rating de crédito ou de informações relacionadas.

Fontes de informação

Para atribuição e monitoramento de seus ratings a S&P Global Ratings utiliza, de acordo com o tipo de emissor/emissão, informações recebidas dos emissores e/ou de seus agentes e conselheiros, inclusive, balanços financeiros auditados do Ano Fiscal, informações financeiras trimestrais, informações corporativas, prospectos e outros materiais oferecidos, informações históricas e projetadas recebidas durante as reuniões com a administração dos emissores, bem como os relatórios de análises dos aspectos econômico-financeiros (MD&A) e similares da entidade avaliada e/ou de sua matriz. Além disso, utilizamos informações de domínio público, incluindo informações publicadas pelos reguladores de valores mobiliários, do setor bancário, de seguros e ou outros reguladores, bolsas de valores, e outras fontes públicas, bem como de serviços de informações de mercado nacionais e internacionais.

Aviso de ratings ao emissor

O aviso da S&P Global Ratings para os emissores em relação ao rating atribuído é abordado na política "[Notificações ao Emissor \(incluindo Apelações\)](#)".

Frequência de revisão de atribuição de ratings

O monitoramento da S&P Global Ratings de seus ratings de crédito é abordado em:

- [Descrição Geral do Processo de Ratings de Crédito \(seção de Revisão de Ratings de Crédito\)](#)
- [Política de Monitoramento](#)

Conflitos de interesse potenciais da S&P Global Ratings

A S&P Global Ratings publica a lista de conflitos de interesse reais ou potenciais em "[Conflitos de Interesse — Instrução Nº 521/2012, Artigo 16 XII](#)" seção em www.standardandpoors.com.br.

S&P Global Ratings

Faixa limite de 5%

A S&P Global Ratings Brasil publica em seu Formulário de Referência apresentado em

http://www.standardandpoors.com/pt_LA/web/guest/regulatory/disclosures o nome das entidades responsáveis por mais de 5% de suas receitas anuais.

As informações regulatórias (PCR, em sua sigla em inglês) da S&P Global Ratings são publicadas com referência a uma data específica, vigentes na data da última Ação de Rating de Crédito publicada. A S&P Global Ratings atualiza as informações regulatórias de um determinado Rating de Crédito a fim de incluir quaisquer mudanças em tais informações somente quando uma Ação de Rating de Crédito subsequente é publicada. Portanto, as informações regulatórias apresentadas neste relatório podem não refletir as mudanças que podem ocorrer durante o período posterior à publicação de tais informações regulatórias, mas que não estejam de outra forma associadas a uma Ação de Rating de Crédito.



S&P Global Ratings

Copyright © 2020 pela Standard & Poor's Financial Services LLC. Todos os direitos reservados.

Nenhum conteúdo (incluindo-se ratings, análises e dados relativos a crédito, avaliações, modelos, software ou outras aplicações ou informações obtidas a partir destes) ou qualquer parte destas informações (Conteúdo) pode ser modificada, sofrer engenharia reversa, ser reproduzida ou distribuída de nenhuma forma, nem meio, nem armazenada em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da Standard & Poor's Financial Services LLC ou de suas afiliadas (coletivamente, S&P). O Conteúdo não deverá ser utilizado para nenhum propósito ilícito ou não autorizado. Nem a S&P, nem seus provedores externos, nem seus diretores, representantes, acionistas, empregados nem agentes (coletivamente, Partes da S&P) garantem a exatidão, completitude, tempestividade ou disponibilidade do Conteúdo. As Partes da S&P não são responsáveis por quaisquer erros ou omissões (por negligência ou não), independentemente da causa, pelos resultados obtidos mediante o uso de tal Conteúdo, ou pela segurança ou manutenção de quaisquer dados inseridos pelo usuário. O Conteúdo é oferecido "como ele é". AS PARTES DA S&P ISENTAM-SE DE QUALQUER E TODA GARANTIA EXPRESSA OU IMPLÍCITA, INCLUSIVE, MAS NÃO LIMITADA A QUAISQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZIDADE, OU ADEQUAÇÃO A UM PROPÓSITO OU USO ESPECÍFICO, LIBERDADE DE FALHAS, ERROS OU DEFEITOS DE SOFTWARE, QUE O FUNCIONAMENTO DO CONTEÚDO SEJA ININTERRUPTO OU QUE O CONTEÚDO OPERE COM QUALQUER CONFIGURAÇÃO DE SOFTWARE OU HARDWARE. Em nenhuma circunstância, deverão as Partes da S&P ser responsabilizadas por nenhuma parte, por quaisquer danos, custos, despesas, honorários advocatícios, ou perdas diretas, indiretas, incidentais, exemplares, compensatórias, punitivas, especiais ou consequentes (incluindo-se, sem limitação, perda de renda ou lucros e custos de oportunidade ou perdas causadas por negligência) com relação a qualquer uso do Conteúdo aqui contido, mesmo se alertadas sobre sua possibilidade.

Análises relacionadas a crédito e outras, incluindo ratings e as afirmações contidas no Conteúdo são declarações de opiniões na data em que foram expressas e não declarações de fatos. As opiniões da S&P, análises e decisões de reconhecimento de ratings (descritas abaixo) não são recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou tomar qualquer decisão de investimento e não abordam a adequação de quaisquer títulos. Após sua publicação, em qualquer maneira ou formato, a S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar o Conteúdo. Não se deve depender do Conteúdo, e este não é um substituto das habilidades, julgamento e experiência do usuário, sua administração, funcionários, conselheiros e/ou clientes ao tomar qualquer decisão de investimento ou negócios. A S&P não atua como agente fiduciário nem como consultora de investimentos, exceto quando registrada como tal. Embora obtenha informações de fontes que considera confiáveis, a S&P não conduz auditoria nem assume qualquer responsabilidade de diligência devida (*due diligence*) ou de verificação independente de qualquer informação que receba. Publicações relacionadas a ratings de crédito podem ser divulgadas por diversos motivos que não dependem necessariamente de uma ação decorrente de um comitê de rating, incluindo-se, sem limitação, a publicação de uma atualização periódica de um rating de crédito e análises correlatas.

Até o ponto em que as autoridades reguladoras permitam a uma agência de rating reconhecer em uma jurisdição um rating atribuído em outra jurisdição para determinados fins regulatórios, a S&P reserva-se o direito de atribuir, retirar ou suspender tal reconhecimento a qualquer momento e a seu exclusivo critério. As Partes da S&P abdicam de qualquer obrigação decorrente da atribuição, retirada ou suspensão de um reconhecimento, bem como de qualquer responsabilidade por qualquer dano supostamente sofrido por conta disso.

A S&P mantém determinadas atividades de suas unidades de negócios separadas umas das outras a fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades. Como resultado, certas unidades de negócios da S&P podem dispor de informações que não estão disponíveis às outras. A S&P estabeleceu políticas e procedimentos para manter a confidencialidade de determinadas informações que não são de conhecimento público recebidas no âmbito de cada processo analítico.

A S&P pode receber remuneração por seus ratings e certas análises, normalmente dos emissores ou subscritores dos títulos ou dos devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar seus pareceres e análises. A S&P disponibiliza suas análises e ratings públicos em seus sites na www.standardandpoors.com (gratuito), e www.ratingsdirect.com e www.globalcreditportal.com (por assinatura), e pode distribuí-los por outros meios, inclusive em suas próprias publicações ou por intermédio de terceiros redistribuidores. Informações adicionais sobre nossos honorários de rating estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

Austrália

Standard & Poor's (Austrália) Pty. Ltd. conta com uma licença de serviços financeiros número 337565 de acordo com o Corporations Act 2001. Os ratings de crédito da Standard & Poor's e pesquisas relacionadas não tem como objetivo e não podem ser distribuídas a nenhuma pessoa na Austrália que não seja um cliente pessoa jurídica (como definido no Capítulo 7 do Corporations Act).



RATING ACTION COMMENTARY

Fitch Eleva Rating Nacional do Banco Mercantil Para 'BBB-(bra)'; Perspectiva Estável

Wed 09 Dec, 2020 - 3:47 PM ET

Fitch Ratings - Rio de Janeiro - 09 Dec 2020: A Fitch Ratings elevou, hoje, o Rating Nacional de Longo Prazo do Banco Mercantil do Brasil S.A. (BMB) para 'BBB-(bra)' (BBB menos (bra)), de 'BB+(bra)' (BB mais (bra)), e o Rating Nacional de Curto Prazo para 'F3(bra)', de 'B(bra)'. A Perspectiva do Rating Nacional de Longo Prazo é Estável.

A elevação dos ratings do BMB se deve à manutenção da trajetória de fortalecimento de seu modelo de negócios, administração, governança e apetite por riscos, com uma melhora sustentada de seu perfil financeiro mesmo em um ambiente operacional desafiador. A Perspectiva Estável considera a visão da Fitch de que os esperados impactos da pandemia de coronavírus sobre o modelo de negócios e o perfil financeiro do banco foram limitados, devendo assim se manter no horizonte de rating, de 18 a 24 meses. A Fitch projeta métricas de perfil financeiro do banco estáveis nos próximos anos, dado o maior foco no crédito consignado, que se mostrou bastante resiliente durante a crise, e a menor representatividade da carteira de crédito voltada para pequenas e médias empresas (PMEs), que já possui níveis adequados de provisão.

PRINCIPAIS FUNDAMENTOS DO RATING

Os ratings nacionais do BMB refletem a alta influência de seu adequado perfil de negócios, sustentado pela evolução de sua franquia. O banco tem diversificado a oferta de produtos de crédito e serviços a beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social



(INSS), normalmente menos volátil do que outras operações de varejo e PMEs. Os ratings do BMB refletem ainda a alta influência de suas métricas de rentabilidade, que têm melhorado gradualmente ao longo dos anos.

Ao fim de setembro de 2020, a carteira de crédito ligada a beneficiários do INSS representava 61% do portfólio do banco. Doze meses antes, respondia por 51%. Somando a esta carteira os créditos consignados com outros entes, chega-se a 72% da carteira, ante 63,5% em setembro de 2019. Em 2019, o banco fortaleceu seu principal modelo de negócios através do leilão do INSS ocorrido no fim do ano. Além de Minas Gerais e do interior de São Paulo, passou a atuar como agente financeiro para novos beneficiários do INSS em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Goiás e interior da Bahia pelos próximos cinco anos. Para ampliar sua atuação geográfica e sua base de beneficiários, o banco tem investido na abertura de lojas digitalizadas, de menor custo.

Em menor escala, mantém uma carteira voltada para PMEs que inclui exposições a setores mais vulneráveis, como construção e transporte. Entretanto, este portfólio já está bem provisionado e mais focado em recuperar ativos, uma vez que não há estratégia de expansão no curto prazo. Em setembro de 2020, os créditos a PMEs representavam pouco mais de 19% da carteira do banco, de 25,5% um ano antes.

Os indicadores de rentabilidade do BMB seguem melhorando. No acumulado até setembro, o banco apresentava resultado operacional/ativos ponderados pelo risco de bons 3,8%, contra 3,5% em 2019 e média de 2,3% nos últimos quatro anos. Apesar da estratégia de expansão da rede de atendimento e das menores receitas oriundas da estratégia de vendas de carteira de créditos originados via parceiros, os resultados de 2020 se mantiveram fortes, beneficiados por custos de captação mais baixos, especialmente após o vencimento da emissão no exterior, em julho de 2020, além de menores despesas de provisionamento no período.

Apesar da melhora nos últimos anos, os indicadores de inadimplência do BMB permanecem acima dos de seus pares. Os créditos classificados entre 'D-H' representavam 13,1% em setembro de 2020, de 18,1% no fim de 2019 e 21,1% ao final de 2018. No mesmo período, os créditos em atraso há mais de noventa dias situavam-se em 5,8%, ligeiramente superior aos 5,5% registrados em 2019, impactado pela deterioração dos indicadores da carteira de PMEs, mais afetada pela crise do coronavírus. A Fitch considera que à medida que a carteira de INSS, segmento que apresentou forte resiliência durante a pandemia, ganhe representatividade e a de PMEs gradualmente se reduza, o BMB reforçará a tendência de convergência de seus indicadores de qualidade de ativos com os de seus pares. Entretanto, isto dependerá, dentre outros fatores, da recuperação econômica e da eficácia das renegociações realizadas na carteira corporativa, que totalizaram um quarto do portfólio.

Os indicadores de capitalização do BMB seguem melhorando gradualmente. Em setembro de 2020, o banco reportou índice de capital regulatório nível I de 12,8% e total de 18,4%, de respectivos 11,7% e 16,7% em 2019. Os indicadores de capitalização têm se beneficiado da maior escala das operações junto a beneficiários do INSS, que tem elevado os resultados do banco. A Fitch considera que a atual posição de capital do BMB, aliada à geração interna de capital, é suficiente para sustentar o plano estratégico de crescimento da instituição.

A estrutura de captação, o custo e a liquidez seguem sendo diferenciais do BMB em relação a outros bancos médios. O BMB conta com ampla base de clientes, o que lhe garante uma estrutura de captação mais pulverizada e a um custo mais baixo do que a de seus pares. Seu custo de captação, que já era relativamente baixo, melhorou após o vencimento de sua dívida em dólares, que possuía alto custo final. Em setembro de 2020, a base de captação do BMB era composta principalmente por depósitos, distribuídos, sobretudo, por meio de sua rede de agências. A Fitch considera a atual posição de liquidez do BMB confortável, dados o porte do banco e suas perspectivas de crescimento. Em setembro de 2020, o caixa somava aproximadamente BRL3,3 bilhões, ou 1,6 vez o total das captações, com vencimentos inferiores a um ano.

SENSIBILIDADE DOS RATINGS

Fatores que Podem, Individual ou Coletivamente, Levar a uma Ação de Rating Positiva/Elevação:

-- Estabilidade do modelo de negócios, com ganho de escala, combinada a melhora da qualidade de seus ativos com manutenção dos atuais níveis de rentabilidade (resultado operacional/ativos ponderados pelo risco acima de 3,5%).

-- Índices de capital principal acima de 13%

Fatores que Podem, Individual ou Coletivamente, Levar a uma Ação de Rating Negativa/Rebaixamento:

-- Deterioração relevante da qualidade de ativos;

-- Resultado operacional/ativos ponderados pelo risco abaixo de 2,0%;

-- Índice de capital nível I abaixo de 11%.



INFORMAÇÕES REGULATÓRIAS:

A presente publicação é um relatório de classificação de risco de crédito, para fins de atendimento ao artigo 16 da Resolução CVM nº 9/20.

As informações utilizadas nesta análise são provenientes do Banco Mercantil do Brasil S.A.

A Fitch adota todas as medidas necessárias para que as informações utilizadas na classificação de risco de crédito sejam suficientes e provenientes de fontes confiáveis, incluindo, quando apropriado, fontes de terceiros. No entanto, a Fitch não realiza serviços de auditoria e não pode realizar, em todos os casos, verificação ou confirmação independente das informações recebidas.

Histórico dos Ratings:

Data na qual a classificação em escala nacional foi emitida pela primeira vez: 1 de maio de 2000.

Data na qual a classificação em escala nacional foi atualizada pela última vez: 7 de abril de 2020.

A classificação de risco foi comunicada à entidade avaliada ou a partes a ela relacionadas, e o rating atribuído não foi alterado em virtude desta comunicação.

Os ratings atribuídos pela Fitch são revisados, pelo menos, anualmente.

A Fitch publica a lista de conflitos de interesse reais e potenciais no Anexo X do Formulário de Referência, disponível em www.fitchratings.com/brasil.

Para informações sobre possíveis alterações na classificação de risco de crédito veja o item: Sensibilidade dos Ratings.

Informações adicionais estão disponíveis em 'www.fitchratings.com' ou 'www.fitchratings.com/brasil'.

A Fitch Ratings foi paga para determinar cada rating de crédito listado neste relatório de classificação de risco de crédito pelo devedor ou emissor classificado, por uma parte relacionada que não seja o devedor ou o emissor classificado, pelo patrocinador ("sponsor"), subscritor ("underwriter"), ou o depositante do instrumento, título ou valor mobiliário que está sendo avaliado.

Metodologia Aplicada e Pesquisa Relacionada:

-- Metodologia Global de Rating de Bancos (28 de fevereiro de 2020).

-- Metodologia de Rating em Escala Nacional (8 de junho de 2020).

RATING ACTIONS

ENTITY/DEBT	RATING			PRIOR
Banco Mercantil do Brasil S.A.	Natl LT	BBB-(bra) Rating Outlook Stable	Upgrade	BB+ (bra) Rating Outlook Negative
	Natl ST	F3(bra)	Upgrade	B(bra)

[VIEW ADDITIONAL RATING DETAILS](#)

FITCH RATINGS ANALYSTS

Pedro Carvalho

Associate Director

Analista primário

+55 21 4503 2602

Fitch Ratings Brasil Ltda.

Av. Barão de Tefé, 27 – Sala 601 Saúde Rio de Janeiro, RJ 20220-460

Jean Lopes

Director

Analista secundário

+55 21 4503 2617

Veronica Chau

Senior Director

Presidente do Comitê

+52 81 4161 7069

MEDIA CONTACTS

Jaqueline Carvalho

Rio de Janeiro



+55 21 4503 2623

jaqueline.carvalho@thefitchgroup.com

Informações adicionais estão disponíveis em www.fitchratings.com

APPLICABLE CRITERIA

[Bank Rating Criteria \(pub. 28 Feb 2020\) \(including rating assumption sensitivity\)](#)

[National Scale Rating Criteria \(pub. 08 Jun 2020\)](#)

ADDITIONAL DISCLOSURES

[Solicitation Status](#)

[Endorsement Policy](#)

ENDORSEMENT STATUS

Banco Mercantil do Brasil S.A.

DISCLAIMER

TODOS OS RATINGS DE CRÉDITO DA FITCH ESTÃO SUJEITOS A ALGUMAS LIMITAÇÕES E TERMOS DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE. POR FAVOR, VEJA NO LINK A SEGUIR ESSAS LIMITAÇÕES E TERMOS DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE:

[HTTP://FITCHRATINGS.COM/UNDERSTANDINGCREDITRATINGS](http://fitchratings.com/understandingcreditratings). ALÉM DISSO, AS DEFINIÇÕES E OS TERMOS DE USO DOS RATINGS ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE PÚBLICO DA AGÊNCIA, EM [WWW.FITCHRATINGS.COM](http://www.fitchratings.com). OS RATINGS PÚBLICOS, CRITÉRIOS E METODOLOGIAS PUBLICADOS ESTÃO PERMANENTEMENTE DISPONÍVEIS NESTE SITE. O CÓDIGO DE CONDUTA DA FITCH E AS POLÍTICAS DE CONFIDENCIALIDADE, CONFLITOS DE INTERESSE; SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO (FIREWALL) DE AFILIADAS, COMPLIANCE E OUTRAS POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS RELEVANTES TAMBÉM ESTÃO DISPONÍVEIS NESTE SITE, NA SEÇÃO 'CÓDIGO DE CONDUTA'. A FITCH PODE TER FORNECIDO OUTRO SERVIÇO AUTORIZADO À ENTIDADE CLASSIFICADA OU A PARTES RELACIONADAS. DETALHES SOBRE ESSE SERVIÇO PARA RATINGS PARA O QUAL O ANALISTA PRINCIPAL ESTÁ BASEADO EM UMA ENTIDADE DA UNIÃO EUROPEIA PODEM SER ENCONTRADOS NA PÁGINA DO SUMÁRIO DA ENTIDADE NO SITE DA FITCH.

[READ LESS](#)

COPYRIGHT

Copyright © 2020 da Fitch, Inc., Fitch Ratings Ltd. e suas subsidiárias. 33 Whitehall St, NY, NY 10004. Telefone: 1-800-753-4824 (para chamadas efetuadas nos Estados Unidos), ou (001212) 908-0500 (chamadas fora dos Estados Unidos). Fax: (212) 480-4435. Proibida a reprodução ou retransmissão, integral ou parcial, exceto quando autorizada. Todos os direitos reservados. Ao atribuir e manter ratings e ao fazer outros relatórios (incluindo informações sobre projeções), a Fitch conta com informações factuais que recebe de emissores e underwriters e de outras fontes que a agência considera confiáveis. A Fitch realiza uma apuração adequada das informações factuais de que dispõe, de acordo com suas metodologias de rating, e obtém razoável verificação destas informações de fontes independentes, à medida que estas fontes estejam disponíveis com determinado patamar de segurança, ou em determinada jurisdição. A forma como é conduzida a investigação factual da Fitch e o escopo da verificação de terceiros que a agência obtém poderão variar, dependendo da natureza do título analisado e do seu emissor, das exigências e práticas na jurisdição em que o título analisado é oferecido e vendido e/ou em que o emissor esteja localizado, da disponibilidade e natureza da informação pública envolvida, do acesso à administração do emissor e seus consultores, da disponibilidade de verificações pré-existentes de terceiros, como relatórios de auditoria, cartas de procedimentos acordadas, avaliações, relatórios atuariais, relatórios de engenharia, pareceres legais e outros relatórios fornecidos por terceiros, disponibilidade de fontes independentes e competentes de verificação, com respeito ao título em particular, ou na jurisdição do emissor, em especial, e a diversos outros fatores. Os usuários dos ratings e relatórios da Fitch devem estar cientes de que nem uma investigação factual aprofundada, nem qualquer verificação de terceiros poderá assegurar que todas as informações de que a Fitch dispõe com respeito a um rating ou relatório serão precisas e completas. Em última instância, o emissor e seus consultores são responsáveis pela precisão das informações fornecidas à Fitch e ao mercado ao disponibilizar documentos e outros relatórios. Ao emitir ratings e relatórios, a Fitch é obrigada a confiar no trabalho de especialistas, incluindo auditores independentes, com respeito às demonstrações financeiras, e advogados, com referência a assuntos legais e tributários. Além disso, os ratings e as projeções financeiras e outras informações são naturalmente prospectivos e incorporam hipóteses e premissas sobre eventos futuros que, por sua natureza, não podem ser confirmados como fatos. Como resultado, apesar de qualquer verificação sobre fatos atuais, os ratings e as projeções podem ser afetados por condições ou eventos futuros não previstos na ocasião em que um rating foi emitido ou afirmado. As informações neste relatório são fornecidas 'tais como se apresentam', sem que ofereçam qualquer tipo de garantia. Um rating da Fitch constitui opinião sobre o perfil de crédito de um título. Esta opinião e os relatórios se apoiam em critérios e metodologias existentes, que são constantemente avaliados e atualizados pela Fitch. Os ratings e relatórios são, portanto, resultado de um trabalho de equipe na Fitch, e nenhum indivíduo, ou grupo de indivíduos, é responsável isoladamente por um rating ou



relatório. O rating não cobre o risco de perdas em função de outros riscos que não sejam o de crédito, a menos que tal risco esteja especificamente mencionado. A Fitch não participa da oferta ou venda de qualquer título. Todos os relatórios da Fitch são de autoria compartilhada. Os profissionais identificados em um relatório da Fitch participaram de sua elaboração, mas não são isoladamente responsáveis pelas opiniões expressas no texto. Os nomes são divulgados apenas para fins de contato. Um relatório que contenha um rating atribuído pela Fitch não constitui um prospecto, nem substitui as informações reunidas, verificadas e apresentadas aos investidores pelo emissor e seus agentes com respeito à venda dos títulos. Os ratings podem ser alterados ou retirados a qualquer tempo, por qualquer razão, a critério exclusivo da Fitch. A agência não oferece aconselhamento de investimentos de qualquer espécie. Os ratings não constituem recomendação de compra, venda ou retenção de qualquer título. Os ratings não comentam a correção dos preços de mercado, a adequação de qualquer título a determinado investidor ou a natureza de isenção de impostos ou taxaço sobre pagamentos efetuados com respeito a qualquer título. A Fitch recebe pagamentos de emissores, seguradores, garantidores, outros coobrigados e underwriters para avaliar os títulos. Estes preços geralmente variam entre USD1.000 e USD750.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável) por emissão. Em certos casos, a Fitch analisará todas ou determinado número de emissões efetuadas por um emissor em particular ou seguradas ou garantidas por determinada seguradora ou garantidor, mediante um único pagamento anual. Tais valores podem variar de USD10.000 a USD1.500.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável). A atribuição, publicação ou disseminação de um rating pela Fitch não implicará consentimento da Fitch para a utilização de seu nome como especialista, com respeito a qualquer declaração de registro submetida mediante a legislação referente a títulos em vigor nos Estados Unidos da América, a Lei de Serviços Financeiros e Mercados, de 2000, da Grã-Bretanha ou a legislação referente a títulos de qualquer outra jurisdição, em particular. Devido à relativa eficiência da publicação e distribuição por meios eletrônicos, o relatório da Fitch poderá ser disponibilizada para os assinantes eletrônicos até três dias antes do acesso para os assinantes dos impressos.

Para a Austrália, Nova Zelândia, Taiwan e Coreia do Sul apenas: A Fitch Austrália Pty Ltd detém uma licença australiana de serviços financeiros (licença AFS nº337123.), a qual autoriza o fornecimento de ratings de crédito apenas a clientes de atacado. As informações sobre ratings de crédito publicadas pela Fitch não se destinam a ser utilizadas por pessoas que sejam clientes de varejo, nos termos da Lei de Sociedades (Corporations Act 2001).

[READ LESS](#)

SOLICITATION STATUS

The ratings above were solicited and assigned or maintained at the request of the rated entity/issuer or a related third party. Any exceptions follow below.

ENDORSEMENT POLICY

Fitch's approach to ratings endorsement so that ratings produced outside the EU may be used by regulated entities within the EU for regulatory purposes, pursuant to the terms of the EU Regulation with respect to credit rating agencies, can be found on the [EU Regulatory Disclosures](#) page. The endorsement status of all International ratings is provided within the entity summary page for each rated entity and in the transaction detail pages for all structured finance transactions on the Fitch website. These disclosures are updated on a daily basis.

Banks Latin America Brazil



EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021

OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA - MG.

**PROPOSTA COMERCIAL EM VERSÃO
DIGITALIZADA**



EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021

OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA - MG.

Proposta comercial em versão digitalizada



EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021

OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA - MG.

TERMO DE ENCERRAMENTO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021

OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA - MG.

TERMO DE ENCERRAMENTO DA PROPOSTA COMERCIALContagem/MG, 28 de **JUNHO** de 2021

À
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Município de Santa Luzia / Minas Gerais

Ref.: Edital de Concorrência Pública Nº 46/2021 - Termo de Encerramento da Proposta Comercial

CONSÓRCIO CONCIP SANTA LUZIA ("PROPONENTE"), constituído pelas empresas **SIGMA** engenharia indústria e comércio Ltda (Empresa Líder), inscrita no CNPJ sob o nº 25.898.180/0001-00, sediada à Av. Tito Fulgêncio, 1.176, 1º Andar, Salas: 104/106, Jardim Industrial, CEP: 32215-000, Contagem/MG; **SITRAN** Sinalização de Trânsito Industrial Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 16.502.551/0001-00, sediada à R. Nair Camillo dos Reis, 850, CDI Jatobá, CEP: 30664-002, Belo Horizonte/MG; **SELT** Engenharia Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 19.187.475/0001-67, sediada à Av. Raja Gabaglia, 2.640, 3º Andar, Estoril, CEP: 30494-170, Belo Horizonte/MG; e **MOBIT** – Mobilidade, Iluminação e Tecnologia Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0001-87, sediada à R. Doutor Eduardo de Souza Aranha, 387, Conj: 101, Vila Nova Conceição, CEP: 04543-121, São Paulo/SP, por seu representante legal, declara que, este volume contém **42 (QUARENTA E DUAS)** folhas numeradas sequencialmente de **001 à 042**.

CLEYSON ALEXANDRE ALVES
Representante Legal do Consórcio
RG: MG-4.392.381 SSP/MG
CPF: 801.362.066-20

CONSÓRCIO CONCIP SANTA LUZIA

